

► DISCUSSÃO

Qual a saída para o Brasil?



Personalidades da comunidade universitária, empresário, bispo diocesano e presidente da OAB-Jundiaí discutem a melhor solução para o País, diante da crise ética e política, instaurada após a re-

velação de áudios do presidente Temer. Para preservar a democracia, cada um destes personagens acenam com uma provável solução.

| CIDADES 8 |

Qual a melhor saída para a crise do Brasil?

Representantes de diversos setores analisam situação do presidente Temer, a possibilidade de eleições diretas e indiretas e a tensão dos últimos dias

POR PAULO BEHR FERRO | pferro@jundiai.br



'PRIMEIRA SAÍDA É A REFORMA POLÍTICA'

Vandermir Francesconi Júnior é presidente do Conselho Sesi-Senai e prefere analisar a crise brasileira sob o ponto de vista econômico. "O que mais interessa agora é todos estarem cientes de que o País não pode continuar do jeito que está. Não entrarei no mérito se A, B ou C tem culpa, o problema é o modelo de gestão político-econômico dos últimos 15 anos, que criou um 'ralo' na nossa economia. A primeira providência urgente é a reforma política, para acabar de vez com a corrupção e a não ida do dinheiro dos impostos para as áreas que devem ir. O Brasil tem 14 milhões de desempregados e precisa voltar a gerar emprego e renda", destaca Francesconi.

Ainda de acordo com ele, o que vem acontecendo no País nos últimos três anos mostra que os passos seguintes são as mudanças nos modelos tributário e previdenciário. "A indústria responde por 12% do PIB, mas paga impostos que correspondem a mais de 30% da arrecadação total dos tributos. Isso não pode mais acontecer. Nossa nação tem uma carga tributária alta e desigual. Se isso for mudado, e tem que ser rapidamente, vamos retomar a geração de emprego e renda. Volto a dizer que o problema principal do Brasil é político. Não podemos continuar com a corrupção tirando recursos que deveriam ser aplicados na construção de escolas e hospitais. Precisamos de gente com credibilidade para mudar isso".



'IMPEACHMENT SERIA TRAUMATIZANTE'

Especialista em Direito Constitucional, João Jampaulo Júnior entende que, se a perícia na gravação feita pelo empresário da JBS, Joesley Batista, comprovar a autenticidade do áudio da conversa com o presidente Michel Temer, o chefe do Executivo terá sua atuação comprometida, deixando-o sem condições de gerir o País. "Isso justificaria o impeachment, mas a abertura de um novo processo de impedimento do presidente - pouco mais de um ano após a saída de Dilma Rousseff - seria traumatizante para o Brasil. Sem o laudo pericial, qualquer atitude contra Temer é temerosa", considera Jampaulo.

Segundo ele, o caminho mais digno para o presidente seria renunciar, com o cumprimento da Constituição quanto ao processo de eleição indireta do sucessor do atual presidente, comandado por deputados e senadores. "É um absurdo o presidente manter o tipo de conversa que teve com o executivo da JBS. Este fez delação, negociou a multa e foi para os Estados Unidos, deixando o Brasil deste jeito".

Para o jurista, não há sustentação política para o atual governo tentar aprovar no Legislativo as reformas que o País tanto precisa. "Temos que dar um padrão de estado de direito ao Brasil. Nossa Constituição está sendo 'bombardeada' com várias ilegalidades, entre elas a exposição midiática de presos e de áudios com provas contra acusados", define Jampaulo.



'O PAÍS PRECISA DE ELEIÇÕES DIRETAS'

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Jundiaí e Região, Eliseu Silva Costa, esteve em Brasília na última quarta-feira (24) participando da marcha que, segundo ele, reuniu 100 mil pessoas na praça dos Três Poderes. Ele lamenta a infiltração de pessoas que promoveram o "quebra-quebra" no local e critica as reformas que o governo tenta implementar. "Elas atrapalharão a vida do trabalhador. O presidente Temer não tem a legitimidade do voto, que não tem preso, nem credibilidade. O País precisa de eleições diretas e de um governo que se sustente politicamente", ressalta.

Eliseu não gosta da ideia de uma eleição indireta, como prevê a Constituição em caso de vacância do cargo de presidente da República. "A sociedade não pode dar um cheque em branco a mais de 500 deputados e senadores para que eles decidam o destino de mais de 200 milhões de brasileiros. O País também precisa de uma CPI da Previdência, para que todos saibam quanto dinheiro entra e quanto sai. Idade mínima de 65 anos para se aposentar é inadmissível".

O sindicalista ainda questiona a delação premiada feita por Joesley Batista. "Temos que passar o Brasil a limpo, com o povo maduro politicamente e o País com mais emprego e renda. As delações são importantes, mas foram muito bonzinhos com o empresário da JBS, que ainda sonegou dinheiro da previdência", opina.



'POR HONESTIDADE E JUSTIÇA SOCIAL'

O Brasil não merece passar pela atual situação de instabilidade política e econômica, de acordo com Dom Vicente Costa, bispo diocesano de Jundiaí. "O momento é grave e de incertezas. Concorde com a nota da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), divulgada no dia 9 de maio, que fala sobre a ética na política. Deve haver rigor na apuração dos crimes apontados, sempre seguindo o que prevê a Constituição", enfatiza o religioso.

Entre os desafios levantados por Dom Vicente para o País se reerguer estão a participação popular, a honestidade, a justiça social, o respeito à diversidade e o incentivo ao diálogo. "A violência tem que ser sempre condenada. O povo deve ser mais ouvido e os políticos mais comprometidos com quem os elegeu".

Para o bispo de Jundiaí, o governo Temer precisa urgentemente resgatar sua credibilidade, assegurando o cumprimento das leis. Dom Vicente pede fraternidade entre as pessoas e diz estar rezando para que o Brasil reencontre seu caminho.

"Peço uma bênção especial para os mais pobres e pela manutenção da democracia, numa época em que os ânimos estão bastante acirrados. Venho falando aos padres de nossa Região para que façam o mesmo, levando a mensagem da esperança a todos os fiéis", declara.



'DIRETAS AGORA SERIAM CASUÍSMO'

Ayrton Bressan, presidente da OAB Jundiaí, segue a linha de raciocínio da maioria dos dirigentes da entidade, que protocolou, na última quinta-feira (25), na Câmara dos Deputados, pedido de impeachment do presidente Michel Temer. "Para o Brasil, seria melhor ter este ano a eleição indireta. A direta exige alteração da Constituição e isso, neste momento, seria casuísmo. Nossa Carta Magna prevê, no caso de Temer, que seu substituto seja escolhido por um colegiado formado por deputados e senadores", informa.

Bressan ressalta que o País não aguenta mais corrupção e funcionários sendo empregados na máquina pública com o interesse político acima da capacidade profissional desta pessoa. "Nossa crise também passa pelo alto custo da máquina pública e por indivíduos beneficiados com salários muito além do que seus cargos preveem. O que vem acontecendo depois da delação do Joesley Batista é uma maior exposição de casos de corrupção. Ela existe há bastante tempo, mas desta vez quebraram o Brasil. Nosso País está contaminado faz tempo".

O presidente da OAB Jundiaí não crê na renúncia de Michel Temer, mesmo com o risco de o presidente ter que deixar o cargo no dia 6 de junho, caso o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) casse a chapa Dilma/Temer. "Ele lutará até o fim, se for o caso no Supremo Tribunal Federal, e terá tempo para se defender", destaca.



'PRESIDENTE COMETEU MAIS UM ERRO'

Wagner Romão é professor do departamento de Ciências Políticas da Universidade de Campinas (Unicamp) e considera que a renúncia do presidente Michel Temer seria melhor para o Brasil. Porém, ele não acredita que o presidente tomará a decisão de sair por conta própria. "Temer não tem mais condições políticas e morais de governar. Ele é uma autoridade, a maior do País, e não poderia receber um investigado da forma que fez, deixando Joesley Batista falar o que falou sem o interromper. Tinha que ter interpellado Joesley e até dar voz de prisão ao empresário", disse.

Se ficar, o presidente não terá sossego para implementar as reformas em tramitação no Congresso e no Senado, na visão do professor. "Se Temer fez o que fez e corre o risco de ser afastado, o nosso Legislativo não vive uma situação muito diferente. A imagem e a moral dos congressistas também estão arranhadas. Ao meu ver, Temer vai tentar ficar no poder até o fim, esgotando todas as possibilidades jurídicas. Esta semana, ele ainda mostrou ao Brasil sua proximidade com as Forças Armadas, mais uma ação que demonstra instabilidade e que atingiu sua sustentação política", emenda Romão, que gostaria de ver eleições diretas já, mas admite ser pouco provável o congresso abrir mão de seus direitos de eleger o sucessor de Temer ao votar uma emenda constitucional por eleições diretas ainda em 2017.